

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 592 - Brasília, sexta-feira, 21 de novembro de 1997



Esperidião Amin, autor da idéia do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, participa da sessão do Senado que apreciou a proposta

União vai assumir R\$ 50 bi de São Paulo

A União está autorizada a assumir dívida do governo de São Paulo no valor de R\$ 50,3 bilhões, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Autorização nesse sentido foi concedida ontem pelo Senado. **Página 5**

Senado aprova fundo para financiar reforma agrária

Com administração descentralizada, novo mecanismo facilita aos posseiros, arrendatários, parceiros e sem-terra a aquisição de terrenos com dimensão máxima de um módulo rural. Proposta será enviada à Câmara dos Deputados

Comissão acolhe a 1ª medida econômica

Comissão do Congresso acolheu ontem parecer do senador Elcio Alvares favorável à medida provisória que destina a programas sociais os recursos não reclamados existentes em contas de depósitos não recadastradas nos bancos. Parte do dinheiro irá para a reforma agrária (60%) e a outra parte destina-se a apoiar a pequena empresa. A MP integra o conjunto de medidas econômicas do governo. **Página 2**



Sob a presidência de José Serra, CAE aprova parecer favorável à criação do novo título

Novo título captará dinheiro para obras de infra-estrutura

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou a criação de um título de participação em receita do serviço público concedido. O objetivo é captar recursos para obras de infra-estrutura. **Página 6**

Em debate, endividamento dos estados

PÁGINA 6

O Senado aprovou a criação de um mecanismo que facilita aos posseiros, arrendatários, parceiros e trabalhadores do campo em geral a compra de imóvel rural. Trata-se do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, proposto pelo senador Esperidião Amin e acolhido pela unanimidade dos presentes à sessão de ontem. A proposta será agora encaminhada à Câmara dos Deputados.

O fundo financiará a aquisição de imóvel com dimensão máxima de um módulo rural, cuja área varia de dois a 120 hectares. O novo fundo terá um esquema de administração descentralizada, com a participação de estados e municípios na execução dos projetos aprovados por órgão técnico-administrativo. **Página 4**

Elcio Alvares informa que dinheiro abandonado pelos correntistas nos bancos será utilizado em programas sociais relevantes

MP sobre saldos de contas passa na Comissão Mista

A Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.597, que dispõe sobre os recursos não reclamados correspondentes às contas de depósitos não recadastradas, e sua aplicação em programas sociais, aprovou ontem parecer pela constitucionalidade e mérito da matéria, rejeitando as emendas a ela oferecidas. A medida, relatada pelo senador Elcio Alvares (PFL-ES), vai agora à deliberação em sessão conjunta do Congresso. A

comissão foi presidida pelo deputado Max Rosenmann.

Elcio Alvares destaca no parecer que a medida provisória possibilitará que sejam recolhidos do sistema financeiro saldos de contas "muitas vezes abandonadas e não raro pouco significativas, para com eles constituir recursos que serão utilizados em programas sociais relevantes, quais sejam, a reforma agrária (60%) e o apoio à pequena empresa (40%)".



Elcio: autor do parecer

Competitividade na pauta de domingo

A Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 1.601, que cria o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade, realiza no domingo, às 10h, audiência pública para instruir a votação da matéria.

Estão convidados o presidente do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros, o presidente da Associação de Comércio Exterior, Pratinê de Moraes, o representante do

Sebrae, João Carlos Decarli, e o presidente do Movimento Nacional de Apoio à Micro e Pequena Empresa, José Tarcísio da Silva.

A finalidade do fundo é prover recursos para garantia das operações realizadas no âmbito dos programas de financiamento operados pelo BNDES, destinadas aos projetos de implantação, expansão, modernização ou realocação de microempresas e empresas de

pequeno e médio porte. Segundo a mensagem presidencial, a proposta objetiva viabilizar investimentos dessas empresas, que têm dificuldades de oferecer as garantias solicitadas usualmente pelo sistema bancário.

Hoje, às 10h, a Comissão Mista destinada a examinar e dar parecer sobre a Medida Provisória nº 1.598, que dispõe sobre exportação indireta, discute a matéria.

Jonas destaca reunião por uma política agrícola

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) destacou ontem reunião da Frente Nacional dos Municípios Agrícolas, realizada no Auditório Petrônio Portella para definir uma proposta de política agrícola que possibilite o desenvolvimento das regiões rurais do país. Ele considerou a discussão promovida pelos municípios "fundamental para um melhor entendimento da problemática do complexo agropecuário nacional".

Segundo disse, o encontro pôde reunir, de forma participativa, sugestões de medidas efetivas para a superação da crise e a valorização da agricultura e dos agricultores brasileiros.

- Esse setor passa por uma difícil fase de ajustamento e, pela sua importância sob o pon-



Jonas: propostas para agricultura

mada uma comissão, composta por deputados e senadores, para encaminhar as resoluções aprovadas. Ele adiantou os seis pontos defendidos pela Frente Nacional dos Municípios Agrícolas durante o encontro. São eles:

Entre os pontos que serão defendidos pela Frente estão o fundo nacional, saneamento financeiro, igualdade com outros países e apoio à pesquisa

to de vista econômico, de geração de emprego e suprimento de alimentos e matérias-primas, necessita de um forte apoio, para que saia da grave crise em que se encontra - disse.

Jonas Pinheiro anunciou que no final da reunião seria for-

constituído de um fundo nacional para a agricultura; saneamento financeiro do setor rural; equalização de condições de produção com os agri-

cultores de outros países; apoio à pesquisa, extensão rural e treinamento de produtores; gestão do Imposto Territorial Rural pelas prefeituras; e ajustamentos na política de garantia de preços mínimos.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Antonio Carlos Magalhães

9h - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal
15h - Despacho interno

PLENÁRIO

9h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "PLC nº 41/97 - dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha; e "PDL nº 129/97 - aprova o texto do Acordo de Cooperação para a Modernização e o Reaparelhamento do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil, celebração entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em 12 de março de 1997"

COMISSÕES

9h30 - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Apreciação dos projetos de lei e requerimentos. Plenário 2 da Câmara dos Deputados
10h - Subcomissão III - Infra-Estrutura/Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: Apreciação do relatório. Plenário 2 da Câmara dos Deputados

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1598, de 11/11/97 - dispõe sobre exportação indireta
Pauta: Discussão da matéria. Sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho

15h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Debate acerca do Projeto de Resolução nº 49/96 - que altera a Resolução nº 69/95 - dispõe sobre o emendamento dos estados, Distrito Federal e municípios. Sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Sábado (22.11.97)

10h - Sessão deliberativa extraordinária
Pauta: Comparecimento dos ministros da Fazenda e do Planejamento e Orçamento, a fim de prestarem ao Senado maiores esclarecimentos acerca das medidas econômicas recentemente adotadas pelo presidente da República; e discussão em turno único do "PLC nº 73/95 - disciplina a publicação das despesas com pessoal da União"

Domingo (23.11.97)

10h - Sessão deliberativa extraordinária
Pauta: Discussão em turno único do "PLC nº 118/84 - institui o Código Civil"

COMISSÕES

Domingo (23.11.97)

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1601, adotada em 11/11/97 - cria o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade
Pauta: Audiência pública com os seguintes convidados: senhor Pratinê de Moraes, presidente da Associação de Comércio Exterior, senhor João Carlos, representante do Sebrae, senhor José Tarcísio da Silva, presidente do Normampe; senhor Luiz Carlos Mendonça de Barros, presidente do BNDES

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Josaphat Marinho adianta conceitos que nortearam as inovações incluídas no seu texto, que será discutido no domingo

Código Civil traz mudança profunda na parte da família



Josaphat: caráter mais social

O plenário do Senado discute em turno único, no próximo domingo, o projeto do novo Código Civil. O texto modifica profundamente o Código em vigor, de 1916, sobretudo na parte relativa à família. Depois de aprovada pelo Senado, a proposta será enviada à Câmara, que poderá rever somente os dispositivos modificados.

Uma das mudanças promovidas no Senado diz respeito à idade mínima para a adoção de crianças. De acordo com o projeto era 30 anos, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, é de 21 anos. O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) optou por 25 anos de idade:

- Pareceram-nos impróprios os critérios do atual Código e do Estatuto. O ato de adoção requer uma vida já estabilizada, uma experiência familiar, estabilidade econômica. E não nos pareceu certo consagrar 21 anos.

Josaphat lembrou que, no Brasil, uma pessoa de 21 anos está quase sempre vivendo com os pais, ou, se é casada, está recém-casada. Ele acha que a adoção requer prudência para evitar conflito na família e por isso preferiu a solução prevista no Código português:

- Foram mantidas todas as

normas de caráter administrativo e processual estabelecidas para proteger a criança e o adolescente - acrescentou.

O projeto substitui a expressão "pátrio poder" por "poder familiar", estabelecendo direitos e deveres iguais para o homem e para a mulher na sociedade conjugal; estabelece um prazo mínimo de cinco anos para que se caracterize uma união estável; prevê que os companheiros podem participar da herança de um e de outro e dispõe que a adoção é insuscetível de revisão:

- Há uma outra diferença fundamental: pelo regime atual, a adoção não importava por si mesma em que os ascendentes do adotante reconhecessem o adotado. Agora, desde que alguém seja adotado, é filho com iguais direitos diante de todos

os parentes - esclareceu.

O senador disse também que os testamentos ficam simplificados, podendo ser feitos por meios mecânicos - hoje, devem ser redigidos e assinados de próprio punho. Fica permitido o testamento em aeronave - no caso de um mal súbito - e aberta a possibilidade de ser feito, em casos de emergência, sem testemunha, ficando a critério do juiz apurar sua legitimidade.

O projeto do novo Código Civil disciplina as relações entre empresas, prevê que a propriedade tem de corresponder a uma função social e que o exercício do direito de propriedade tem de respeitar a flora, a fauna e o meio ambiente. Outras novidades são a garantia de revisão de um contrato, quando houver um desequilíbrio gritante dos direitos e obrigações entre as partes, e a previsão de indenização por dano moral.

- Pode-se dizer que mudou a filosofia, mudaram-se os critérios jurídicos e se criaram normas para compor o Código Civil. Mudou a filosofia porque o Código de 1916, embora um grande instrumento normativo construído pela capacidade de Clóvis Bevilacqua, era de caráter eminentemente individualista, privatista, expressão do pensamento da época. O de agora tem um sentido social.

Prorrogação do FEF foi o destaque da semana

Uma emenda constitucional - a que prorroga o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), votada em segundo turno e pronta para a promulgação - está entre as 22 matérias já aprovadas pelo plenário do Senado durante esta semana (de 17 a 20 de novembro), assim como a resolução que obriga estados e municípios a empregarem 50% dos recursos provenientes das privatizações no pagamento de dívidas públicas.

A resolução não será submetida ao exame dos deputados, porque legislar sobre o endividamento público é uma das atribuições privativas do Senado, que se incumbirá de sua promulgação. O plenário aprovou tam-

bém dois projetos de lei, que ainda vão à sanção presidencial: o que determina a menção do nome do dublador em filmes e produções para a TV e o que regulamenta a transferência *ex officio* do estudante que seja funcionário público ou membro das Forças Armadas.

O plenário autorizou, nesta semana, seis pedidos de crédito, inclusive a contratação de empréstimo de US\$ 250 milhões, junto ao BID, para reformulação do sistema de escolas técnicas, e de financiamento de US\$ 8,8 milhões, junto a bancos particulares, para o reaparelhamento da Marinha.

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO (de 17 a 20.11.97)

Requerimentos aprovados	5
Projetos de resolução aprovados	2
Projetos aprovados e enviados à sanção	2
Projetos aprovados e enviados à promulgação.....	11
Projeto de lei aprovado em 1º turno	1
Emenda constitucional aprovada em 2º turno	1
Total de matérias aprovadas	22

Simon: recuperação do RS custa 18 milhões

A situação no Rio Grande do Sul é dramática, lamentou ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS), ao comentar relatório elaborado pela coordenadoria estadual de Defesa Civil, segundo o qual as fortes chuvas, acompanhadas de vento e granizo, ocorridas nos últimos três meses deixaram cerca de 20 mil pessoas desabrigadas no estado.

- Hoje são necessários R\$ 18 milhões para recuperação de 3.500 casas, implantação de um núcleo habitacional de 3 mil residências fora das áreas de risco e perfuração de poços artesianos - disse.

Simon se solidarizou com o governador Antônio Britto, que, conforme afirmou, entregou ao presidente da República "relatório detalhado das estimativas e necessidades para a recuperação de danos decorrentes dos desastres naturais provocados pelo fenômeno El Niño".

O senador ressaltou que 158 municípios haviam entrado com pedido de estado de calamidade



Simon: situação preocupante

pública ou situação de emergência. "Desde 1941 não chovia tanto no Rio Grande do Sul, onde o índice pluviométrico alcançou 500 milímetros, enquanto a média dos últimos anos era de 140 ml".

Após lembrar que o estado também sofreu as consequências de uma grande estiagem e que 367 cidades foram atingidas ao longo de 97, Simon afirmou que "este quadro obriga o governo estadual a buscar junto ao governo federal apoio para a reconstrução dos municípios atingidos e prevenção para futuros casos".

TV Senado transmite ao vivo sessões de sábado e domingo

A sessão conjunta do Congresso Nacional, com a presença dos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Antônio Kandir, vai ser mostrada ao vivo pela TV Senado, amanhã, a partir das 10h. O objetivo dessa sessão extraordinária é a discussão das 51 medidas de ajuste fiscal adotadas recentemente pelo governo federal, que incluem as oito medidas provisórias que já estão sendo exami-

nadas pelo Senado.

Também faz parte da programação do fim de semana da emissora a sessão deliberativa extraordinária do Senado no domingo, quando será discutido, às 10h, em turno único, o projeto do novo Código Civil. Para maiores esclarecimentos sobre as modificações previstas, após a sessão plenária, vai ao ar entrevista, ao vivo, com o senador Josaphat Marinho (PFL-BA), relator-geral do projeto.

Serão reapresentadas ainda as reuniões da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), realizada no último dia 19, quando foram discutidos os planos de saúde, e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que tratou da legalização dos jogos de azar.

Está prevista ainda a reprise da abertura da I Conferência Nacional sobre Segurança Pública, ocorrida na última terça-feira.



Fogaça: direitos protegidos

Filmes terão de citar os nomes dos dubladores

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara que estabelece a obrigatoriedade da menção dos nomes dos dubladores nos créditos dos filmes, documentários e desenhos animados veiculados pela televisão ou exibidos nas salas de cinema. A matéria depende, agora, de sanção presidencial.

O senador José Fogaça (PMDB-RS), que elaborou o parecer favorável aprovado na Comissão de Educação do Senado, concordou com a autora do projeto, deputada Cidinha Campos, sobre a necessidade de retirar os dubladores do anonimato.

Além disso, conforme registrou o senador em seu parecer, "o estabelecimento da obrigatoriedade em causa acarreta o aumento das responsabilidades das empresas encarregadas da dublagem filmográfica para com seu quadro funcional".

Comissão de Orçamento reúne-se hoje

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu ontem aos integrantes da Comissão de Orçamento que compareçam às reuniões marcadas para a votação dos relatórios setoriais. Ele anunciou que hoje, às 9h30, haverá sessão extraordinária da comissão, seguindo-se, às 10h, reunião da Subcomissão de Infra-Estrutura.

- Estamos votando os relatórios setoriais e é preciso que todos compareçam - apelou o presidente da comissão.

Mecanismo facilita ao trabalhador do campo a compra de propriedade com tamanho máximo de um módulo rural

Criado Fundo de Terras e da Reforma Agrária

Por unanimidade (58 votos favoráveis, nenhum voto contra e nenhuma abstenção), o plenário do Senado aprovou ontem a criação do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, destinado a financiar a compra de imóveis rurais por parte de posseiros, arrendatários, parceiros, trabalhadores rurais minifundiários, sem-terra e qualquer outro que comprove experiência agrícola de no mínimo cinco anos.

De autoria do senador Espiridiano Amin (PPB-SC), o projeto foi aprovado na forma de substitutivo da CCJ elaborado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e será agora enviado à deliberação da Câmara dos Deputados.

Toda a receita do fundo será usada nesses financiamentos, concedidos individual ou coletivamente, e em programas de assentamento e de reordenação fundiária promovidos pelo governo federal ou por entidades públicas estaduais e municipais.

Os empréstimos deverão ser preferencialmente concedidos para a compra de imóveis dotados de infra-estrutura, sendo que o pagamento terá prazo de amortização de 180 meses, carência de três anos e quitação em 12 parce-



Amin é autor do projeto

las anuais e sucessivas. Os beneficiários com recursos do fundo só poderão comprar um módulo rural, cuja área varia, conforme a região ou estado do país, de dois a 120 hectares.

O novo fundo será constituído por recursos de dotações alocadas no Orçamento Geral da União, dos estados, municípios e Distrito Federal, advindos da amortização de financiamentos do próprio fundo, de doações feitas por entidades nacionais ou internacionais, públicas ou privadas, e decorrentes de acordos, ajustes, contratos e convênios celebrados com órgãos e entidades das administrações públicas federal, estadual e municipal. Além



Alcântara propôs substitutivo

destes, recursos destinados ao Ministério Extraordinário de Política Fundiária, desde que não sejam vinculados a projetos ou atividades específicas, e empréstimos de instituições financeiras nacionais e internacionais.

A administração do Fundo de Terras será descentralizada, com a participação de estados e municípios na execução dos projetos aprovados por órgão técnico-administrativo do fundo, encarregado da análise técnica dos projetos apresentados e da fiscalização de sua execução.

A gestão financeira do fundo, por sua vez, caberá aos bancos oficiais.

Servidor transferido readquire o direito a vaga em escolas

Os servidores civis e militares cuja remoção ou transferência de ofício implique mudança de município, assim como seus dependentes, terão garantida a transferência de sua vaga como alunos regulares em instituição de ensino superior. A medida é válida para os sistemas público e privado de ensino, em qualquer época do ano e independente da existência de vaga, conforme projeto de lei da Câmara,

de iniciativa do Poder Executivo, aprovado ontem pelo plenário do Senado.

A matéria, que vai à sanção presidencial, restabelece prerrogativa daqueles servidores, revogada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996.

O projeto não estende a garantia de vaga a servidores civis e militares que porventura tenham mudado de cidade para assumir cargo efetivo em razão

de concurso público, cargo comissionado ou função de confiança.

RÁDIOS

O plenário também renovou as concessões de exploração de serviço de radiodifusão sonora das seguintes emissoras: Rádio e Jornais do Ceará S.A. (Fortaleza), Rádio Municipal de Quedas do Iguaçu, Rádio Londrina S.A. e Rádio Azul Celeste Ltda. (Americana-SP).

Ademir relata crise no Inbra

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) relatou ontem em plenário a tensão vivida por Marabá (PA), nos últimos dias, com a invasão da superintendência do Inbra por 10 mil trabalhadores rurais. Conforme o parlamentar, a falta de entendimento entre esses trabalhadores e a direção do Inbra levou à retenção, por mais de 24 horas, de quatro técnicos da instituição. Ele disse que a crise agora está sanada, mas alertou o governo para a necessidade de destinar mais recursos à reforma agrária.

Conforme o senador, foi longo o processo de negociação desse conflito, e só ontem à tarde os quatro funcionários foram liberados, quando então o presidente nacional do Inbra, Milton Seligman, concordou em retomar as negociações. O parlamentar disse que a ocupação da instituição em Marabá foi uma forma de pressionar o governo a cumprir suas promessas e compromissos sobre reforma agrária.

Ele narrou reunião realizada ontem de manhã em Brasília com Milton Seligman. Disse que compareceu ao encontro junto com os deputados Eduardo Greenhalg, Paulo Roberto, Socorro Gomes e Geraldo Pestana. Nessa reunião, segundo contou, Ademir disse a Seligman que, ao invés de governo e trabalhadores se tratarem como adversários, deviam unir seus esforços para fazer a reforma agrária.

Ademir Andrade relatou que Seligman ameaçou fechar a superintendência do Inbra em Marabá, o que, na sua opinião, significaria um inaceitável recuo na luta pela reforma agrária.



Ademir: pela reforma agrária

Proposta gera polêmica: alguns senadores entendem que acordos de renegociação de dívidas estaduais com o governo federal são necessários para que haja uma ordenação da vida econômica; outros condenam "privilégios"

União assumirá R\$ 50 bi da dívida paulista

O plenário do Senado aprovou ontem resolução que autoriza a União a assumir dívidas do governo de São Paulo no valor de R\$ 50,3 bilhões, os quais serão pagos em 30 anos e com juros de 6% ao ano, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. São Paulo destinará até 13,8% de sua receita líquida real, a partir do ano que vem, para quitar essa dívida repassada ao governo federal.

O acordo inclui dívidas de R\$ 24,4 bilhões junto ao Banespa, o que, na prática, significa a abertura de caminho para que o banco, já sob a administração do governo federal, seja privatizado. Do total renegociado, os senadores decidiram que R\$ 1,54 bilhão terá de ser pago em 10 anos, pois se refere a títulos emitidos de forma irregular para pagamento de precatórios judiciais, conforme constatação da CPI dos Precatórios.

- Os acordos de renegociação de dívidas estaduais com o governo federal são necessários para que haja uma ordenação da vida econômica do país - ponderou ao plenário



O plenário do Senado, na sessão de ontem, debateu a federalização da dívida de São Paulo

rio o senador José Serra (PSDB-SP), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

No caso de São Paulo, que hoje gasta 7,7% de sua receita com dívidas, haverá um aumento para 13,8%. Na prática, São Paulo aumentará de R\$ 1,69 bilhão, este ano, para R\$ 3,2 bilhões, no ano que vem, seus pagamentos de dívidas, informou José Serra.

Dos R\$ 50,3 bilhões, R\$ 20 bilhões assumidos pelo governo federal se referem à dívida mobiliária paulista, R\$ 5,9 bilhões são dívidas do estado com a Nossa Caixa e os outros R\$ 24,4 bilhões com o

Banespa. O governo de São Paulo só pagará ao governo federal R\$ 46,5 bilhões, pois recebeu um subsídio federal de R\$ 3,8 bilhões.

Durante o debate da resolução, o senador Levy Dias (PPB-MS) manifestou preocupação com os números do acordo. "Só os juros dessa nova dívida federal podem engolir os R\$ 20 bilhões que a equipe econômica quer economizar com o recente pacote econômico", afirmou. Levy Dias destacou que todos os estados e municípios agora devem obter do governo federal, na federalização de suas dívidas, os mesmos prazos, ju-

ros e outras condições concedidos a São Paulo. Ele lembrou que, se atualizada a dívida renegociada, "ela já deve estar em R\$ 60 bilhões".

Edison Lobão (PFL-MA) lamentou que à época em que foi governador não conseguiu sequer que o governo federal asfaltasse as rodovias federais no Maranhão, mas na mesma época "vários governos se endividavam para tocar suas administrações e, agora, a União está assumindo essas dívidas, para pagamentos em 30 anos". Para ele, esse é um tratamento injusto com vários estados.

Lauro Campos (PT-DF) disse que o governo federal esta-

va assumindo "dívidas espúrias" e que não houve preocupação em investigar suas origens. Ele previu que "São Paulo vai voltar a se endividar ainda mais". José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, que também questionou a dívida do governo paulista junto ao Banespa, afirmou que "essa foi talvez a maior rolagem de dívida da humanidade".

Já o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sustentou que não seria do interesse nacional negar a federalização das dívidas paulistas, assinalando que o governador Mário Covas tem destinado até 90% dos recursos de privatização ao pagamento de dívidas. Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Odacir Soares (PTB-RO) também se manifestaram a favor da federalização e Gilberto Miranda (PFL-AM) disse que o Senado "agora terá de dar o mesmo tratamento a outros governos, inclusive prefeituras, que emitiram para pagar precatórios". Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse esperar que São Paulo não recorra no futuro ao Senado para aumentar sua dívida.

Bahia terá US\$ 51 milhões para gerenciar seus recursos hídricos

O governo da Bahia foi autorizado pelo plenário do Senado, ontem, a realizar operação de crédito externo com o Bird (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) no valor de US\$ 51 milhões

para financiar o Projeto de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do estado.

O projeto destina-se a identificar, quantificar e monitorar os recursos hídricos de 13 bacias hidrográficas localizadas no semi-

árido nordestino daquele estado.

O financiamento terá garantia da União e contragarantia do governo estadual, e deverá ter seu principal amortizado a partir de abril de 2003, em 20 prestações.

ACM recebe ministro russo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o ministro de Negócios Estrangeiros da Rússia, Levgueni

Primakov. O ministro está em visita oficial ao Brasil depois de ter participado, em Genebra, das negociações de paz em torno da crise do

Iraque com os Estados Unidos. Antonio Carlos considerou importante a atuação da Rússia nas negociações, em virtude da história do país.

Já vigora resolução que objetiva reduzir as dívidas estaduais

O plenário votou ontem a redação final da resolução que destina metade dos recursos provenientes da privatização de empresas estaduais e municipais ao pagamento de dívidas públicas. A resolução havia sido aprovada na sessão de quarta-feira, 19.

De acordo com a resolução, que foi promulgada ontem mesmo

pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, governo de estado ou prefeitura que encaminhar ao Senado pedido para tomar empréstimo ou rolagem de dívida terá de anexar uma certidão do Tribunal de Contas atestando o emprego de, no mínimo, 50% da receita obtida com a privatização no pagamento de dívidas.

Parecer de Arruda a projeto de Serra cria o TPR, que dará a quem o adquirir o direito de participar dos lucros de empresa concessionária de serviço público por um determinado período de tempo

Novo título captará recursos para obras

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) favorável a projeto de autoria do senador José Serra (PSDB-SP) que cria o Título de Participação em Receita do Serviço Público Concedido (TPR). A proposição regulamenta os mecanismos de implementação dos títulos, assim como a abrangência dessa modalidade de papel a ser lançado no mercado financeiro. O título tem como objetivo captar recursos para obras de infra-estrutura junto às concessionárias dos serviços públicos.

Conforme o projeto, o título dá ao seu adquirente o direito de participar da receita bruta da empresa escolhida durante um certo período de tempo, ou seja, o investidor comprará um título de uma determinada concessionária

de serviço público, obtendo em contrapartida uma participação na receita dessa mesma concessionária.

Arruda ressaltou no parecer que o TPR vem a reboque da ampliação das concessões de serviços públicos que estão sendo praticadas pelo atual governo federal e governos estaduais. No seu entender, essa ampliação traz efeitos positivos tais como o de desonerar o Estado de atribuições em que o mesmo não tem eficiência gerencial, além de abrir perspectivas para o incremento de investimentos nesse setor. "já que o Estado, em crise fiscal, não dispõe de excedente a ser alocado na melhoria desses serviços".

A matéria, aprovada em caráter terminativo pela comissão, poderá ir logo ao exame da Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação do projeto pelo plenário do Senado.

Exército terá US\$ 50 milhões para saúde

Também na reunião de ontem foi aprovado parecer do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) favorável à mensagem do Executivo solicitando autorização do Senado para contratar operação de crédito externo entre o governo brasileiro e a empresa húngara Medicor Comercial S/A, no valor de US\$ 50 milhões, destinados às organizações militares de Saúde do Ministério do Exército. A autorização depende ainda de aprovação pelo plenário do Senado.

Colocados em votação pelo presidente da comissão, senador José Serra (PSDB-SP), foram rejeitados dois requerimentos do senador Pedro Simon (PMDB-RS). O primeiro propunha que fosse feito convite ao ministro do Exército, Zenildo Lucena, para que ele comparecesse à comissão a fim de prestar

esclarecimento sobre a operação de crédito. O outro requerimento sugeria o envio da proposição para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Os senadores Ney Suassuna e Gilberto Miranda (PFL-AM) votaram contrariamente aos requerimentos, com o argumento de que o crédito se justifica porque se situa no âmbito do convênio Brasil-Hungria, ratificado pelo Congresso Nacional, em 1980.

Além disso, Suassuna lembrou que 85% dos recursos, ou o equivalente a US\$ 42,5 milhões, corresponderão a importação de equipamentos, materiais e peças de reposição, de fabricação húngara, sem similares produzidos no Brasil. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) contestou a operação, alegando que ela estava sendo realizada sem a devida licitação.



A reunião de agenda repleta da Comissão de Assuntos Econômicos teve momentos de muita argumentação

Crédito do BID sai para Programa Rodoviário do Ceará

O governo do Ceará recebeu autorização para contratação de operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 115 milhões. Os recursos serão utilizados no Programa Rodoviário estadual. A matéria ainda depende de aprovação do plenário, e foi aprovada ontem, conforme parecer do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) parabenizou os três representantes do Ceará no Senado, Sérgio Machado, Lúcio Alcântara e Beni Veras, todos do PSDB, por terem providenciado a documentação solicitada pelo Banco Central, comprovando que o estado

reúne condições para saldar os compromissos decorrentes do empréstimo junto ao BID.

Também com parecer favorável do senador Jonas Pinheiro, foi acolhido pedido de empréstimo ao BID, no valor de US\$ 9,60 milhões, destinados à execução do Projeto Piloto do Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará. Ele também depende de deliberação do plenário.

O senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) voltou a insistir na necessidade de que a CAE debata o projeto de resolução que define as exigências para que a comissão delibere sobre a solicitação de empréstimos.

Anchieta (ES) contratará empréstimo na Caixa

Outra aprovação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ontem, foi o pedido da prefeitura de Anchieta (ES) para contratar junto à Caixa Econômica Federal empréstimo no valor de R\$ 350 mil, destinado à construção de unidades habitacionais no conjunto Padre José de Anchieta, naquele município. A matéria, que teve parecer favorável do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), vai agora ao plenário.

Solicitação do governo do Rio Grande do Sul para contratar operação de crédito no valor de R\$ 38,6 milhões, a ser realizada junto ao BNDES para financiar parte do Projeto de Renovação do Transporte Coletivo em Porto Alegre, recebeu pedido de vista coletivo dos senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Elcio Alvares (PFL-ES). O relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), deu parecer favorável ao projeto.

Na pauta de hoje, a taxa para receita antecipada

Às 15h de hoje, a CAE debaterá projeto de resolução do senador Esperidião Amin (PPB-SC) tornando mais abrangente o controle do Senado em relação ao endividamento dos estados, Distrito Federal e suas autarquias.

A proposição cria a Taxa de Referência para Antecipação de Receita (TRA), incluindo, além dos juros, todos os encargos da operação de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO). Estabelece ainda a obrigatoriedade de autorização específica do Senado para casos de operações de ARO, cujos encargos sejam superiores à TRA.

O projeto de Amin reduz, desde janeiro último, o limite de comprometimento do dispêndio mensal máximo com operações de ARO de 7% para 5% da receita líquida real. Prevê também que o Senado deve autorizar convênios para aquisição de bens e serviços no exterior. Segundo Esperidião Amin, a experiência tem mostrado que esses convênios, firmados entre estados e municípios com entidades de outros países, levam à contratação de operação de crédito para financiamento da aquisição do material objeto do acordo.

O Dia Nacional da Consciência Negra ocupou a primeira parte da sessão de ontem, com vários senadores se revezando contra o racismo

Benedita evoca Zumbi na luta por igualdade

Na homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra, durante a Hora do Expediente de ontem, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu a necessidade de alterações na estrutura econômica e política do país, para definir prioridades governamentais em benefício da população negra. Preocupada com as últimas medidas anunciadas pelo Executivo, a senadora pediu que os recursos destinados a garantir terras aos descendentes de escravos não sejam retirados do Orçamento da União.

É a população negra a mais atingida pelo desmonte das políticas sociais e de saúde, pelos sistemas de controle populacional, pelo desemprego, pela fome, pela violência no campo e pelos grupos de extermínio. Os homens e mulheres negros estão em condições de maior desigualdade - afirmou a senadora, enfatizando que a expectativa de vida do brasileiro bran-



Benedita: "a sociedade é racista"

co é de 65 anos, enquanto a do negro é de 59 anos.

Benedita resgatou a história do povo negro ao lembrar da aplicação de castigos e torturas, dos instrumentos de suplício e das atrocidades que marcaram a situação de escravidão durante anos: "Muitos ficam horrorizados com a crueldade praticada contra outros povos, como por exemplo o Holocausto, mas não se recordam da barbárie praticada em nosso próprio território, que foi a escravidão negra". Ela lamentou que os registros oficiais tenham omitido "deliberadamente" esses aconte-

cimentos.

E por falar em agressão, pintaram de branco, novamente, às vésperas do Dia da Consciência Negra, o monumento de Zumbi dos Palmares no Rio de Janeiro - denunciou a senadora, para quem, no Brasil, "sob a máscara da cordialidade existe uma sociedade racista".

Benedita constatou que têm crescido as reivindicações dos negros, demonstrando que eles ainda lutam contra o preconceito racial e pela justiça social.

Em aparte, Júnia Marise (PDT-MG) defendeu a necessidade de a sociedade resgatar a cultura negra para que "possa tomar conhecimento da sua própria história". Segundo ela, Benedita serve de exemplo àqueles que buscam ocupar papel de destaque social.

Bernardo Cabral (PFL-AM) fez referência ao dispositivo constitucional que trata do crime de racismo. Ele lembrou do esforço de Benedita da Silva, na Constituinte, para inserir na Carta de 1988 esse artigo.

Entre o orgulho da resistência e o mito da democracia racial

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ), por sua vez, disse que se visse atualmente Zumbi teria muitas razões para a tristeza e a revolta, em virtude das condições de vida de seus descendentes e da passiva aceitação por muitos destes da ideologia racista e assimilacionista corporificada no mito da "democracia racial".

Mas encontraria também motivos de regozijo e esperança pela presença de uma cultura africana que soube resistir às adversidades para se impor como a verdadeira cultura nacional brasileira. É também pela crescente conscientização dos afro-brasileiros em relação aos seus direitos, à sua força, à sua capacidade e à sua história - sem o que não estaríamos aqui,



Abdias: cidadania sem migalhas

reverenciando a memória de Zumbi e a daqueles que com ele tombaram, em defesa da dignidade humana, na primeira república livre das Américas, a República dos Palmares - disse.

Na opinião de Abdias, seria enganoso concluir que a luta de Zumbi tenha sido vitoriosa no plano concreto, por causa das condições de inferiorização, humilha-

ção e desigualdade em que vive a maioria deles. Para ele, muitos afro-brasileiros estão anestesiados e domesticados pelo mito da "democracia racial", instrumento ideológico aperfeiçoado em séculos de dominação ibérica nas Américas ao sul do rio Grande.

A vitória de Palmares tem-se dado, antes, no plano simbólico, fornecendo aos afro-brasileiros um poderoso referencial, capaz de desmentir todos os estereótipos habilmente forjados para que os negros se mantenham no "seu lugar". Zumbi representa o negro, o ser humano que prefere a morte a aceitar seu lugar de escravo. Simboliza o negro que não aceita migalhas, consciente de que a sua é uma luta coletiva, que só terá fim com a libertação da totalidade de seus irmãos.

Números confirmam o preconceito histórico

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comparou as condições de vida dos negros no Brasil à dos moradores do Zimbábue e do Lesoto, dois dos mais pobres países da África.

Suplicy informou que, enquanto a média da população brasileira está em 63º lugar em qualidade de vida no mundo, os negros e seus descendentes ocupam a 120ª posição, e esses dados devem servir de alerta ao governo, uma vez que negros e "pardos" brasileiros somam quase 70 milhões de habitantes.

O senador explicou que esse estudo se baseou no Índice de Desenvolvimento Humano sobre a população negra, utilizado pela ONU para medir o grau de desenvolvimento dos países, levand-



Suplicy: "desvantagem na escola em conta a situação educacional, a expectativa de vida e o nível de atendimento dos habitantes".

Suplicy observou que a diferença entre negros e brancos no Brasil se revela desde a sala de aula: 35,2% dos negros e 33,6% dos pardos são analfabetos, contra 15% dos brancos.

TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) sobre a política de recuperação do salário mínimo (inédito)
- 7h30 - "Jornal da Amazônia" (reapresentação)
- 7h40 - "Senado em Pauta"
- 8h - Debate entre o senador Lauro Campos (PT-DF) e a deputada Ester Grossi (PT-RS) sobre o impacto da reforma fiscal na sociedade (inédito)
- 9h - Sessão plenária (vivo)
- 15h - Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)
- 19h30 - "Sete Dias na Política" - entrevista com o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) sobre a modernização do Código Civil
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 21h30 - "Fala Cidadão" - que responde a perguntas feitas pelo 0800-612211 (reapresentação)
- 1h - Debate entre o senador Lauro Campos e a deputada Ester Grossi (reapresentação)
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)

Destques da programação do fim de semana:

Sábado

- 10h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional - audiência dos ministros Pedro Malan, da Fazenda, e Antônio Kandir, do Planejamento (vivo)

Domingo

- 10h - Sessão deliberativa extraordinária - discussão do Código Civil

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 8h45 - "Plenário em Revista"
- 9h - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 3h - Música e informação até as 7h30

Sábado

- 8h - Resenha da semana (plenário)
- 9h - Resenha da semana (comissões/presidência)
- 9h45 - "Plenário em Revista"
- 10h - Sessão plenária extraordinária
- Em seguida - Música e informação
- 21h - Programa "A Boa Música do Brasil"
- 22h30 - Resenha da semana (plenário)

Domingo

- 8h - Resenha da semana (plenário)
- 9h - Resenha da semana (comissões)
- 9h45 - "Plenário em Revista"
- 10h - Sessão plenária extraordinária
- Em seguida - Música e informação
- 21h - Programa "A Música Erudita e seus Mestres"
- 22h30 - Especial do mês com o cantor e compositor Dorival Caymmal

Amorim critica bispo por artigo contra ministro

O senador Ermandes Amorim (PPB-RO) rebateu as críticas feitas pelo bispo de Mariana, dom Luciano Mendes de Almeida, no jornal *O Globo* de ontem, ao ministro da Justiça, Iris Re-



Amorim: bispo não entende de miséria

zende, por defender a legalização do jogo de azar. Amorim disse que "nunca se jogou tanto neste país e que as próprias igrejas estimulam o jogo, através de bingo".

- Precisamos é que as igrejas, no seu todo, tirem o hábito da hipocrisia e vão às ruas ajudar a sociedade a se defender da falta de empregos e da fome. É fácil criticar quando se está com a barriga cheia, morando em palácios com motorista particular, mordomos e governantas, e se desconhece a dura realidade das ruas e das favelas - afirmou.

Ermandes Amorim lembrou que no depoimento prestado no

Senado sobre a legalização dos cassinos o ministro afirmou textualmente ser contra o jogo, por princípios familiares e religiosos. No entanto, como homem público, não poderia deixar de reconhecer o impacto positivo da atividade na economia, principalmente na geração de empregos, o grande drama que vive hoje o povo brasileiro.

- O que entende o bispo de desemprego, fome, pobreza, dormir nas sarjetas, ver filhos chorarem de fome, falta de energia, água, saneamento, assistência médica, ver filhas se prostituírem, filhos serem tragados pela marginalidade, falta de escolas e de sobrevivência catando resto de comida no lixo dos restaurantes e supermercados?

Segundo o senador, o momento é de união de todos os brasileiros que realmente tenham um compromisso com o povo carente, sem emprego, sem comida, sem roupa, sem calçado e até sem dignidade, pois o "homem que não tem condição de suprir a mínima necessidade familiar perde tudo, nada tem, deixa até mesmo de ser cidadão".

Senador relata encontro na Índia sobre lavagem de dinheiro em todo o mundo e alerta: o Brasil não tem os mecanismos adequados

Crime organizado exige melhores leis, diz Tuma

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu ontem o aprimoramento da legislação brasileira para que o país tenha condições de combater o crime organizado. Tuma participou recentemente de um encontro da Interpol, na Índia, onde foram discutidos, entre

outros temas, crime organizado e lavagem de dinheiro em todo o mundo.

Romeu Tuma disse que o Brasil não pode ficar a reboque da discussão desses problemas, especialmente no que se refere à lavagem de dinheiro, a partir do grande processo de globali-

zação da economia mundial.

O senador observou que, na sua opinião, no processo de instabilização das bolsas de valores, há uma porta aberta para esse tipo de lavagem de dinheiro e as autoridades brasileiras não estão tendo mecanismos para evitar tal crime.

Portador do HIV poderá ter estabilidade até se aposentar

Trabalhadores infectados com o vírus da Aids terão garantia de estabilidade no emprego até a data da aposentadoria por invalidez, pelo INSS, caso seja aprovado projeto de lei apresentado pelo senador Júlio Campos (PFL-MT). Ele argumenta que a iniciativa proporcionará maior proteção ao trabalhador doente, "enrijecendo as consequências de caráter social".

O senador lembra decisão do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, concedendo estabilidade no emprego aos metalúrgicos das indústrias de autopeças, de forjarias e de parafusos daquele estado portadores de HIV e aos que já manifestam sintomas da doença.



Campos: já há jurisprudência

Júlio Campos cita ainda, em defesa da proposição, jurisprudência criada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), determinando que doentes de Aids possam receber indenização do governo nos casos de contaminação em hospitais públicos. Conforme o senador, o STJ também estabeleceu

que o governo pagasse ao doente uma pensão mensal, bem como indenização por danos morais e reembolso de despesas médicas. "A decisão abre precedente para qualquer pessoa contaminada entrar com ação judicial contra o Estado, mesmo anos depois da contaminação", explicou.

- Entendemos que quem tem uma doença incurável deve ser protegido contra o desemprego, considerando nesses casos a função social da empresa, prevista na Constituição. Além do mais, no atual quadro de desemprego e rotatividade de mão-de-obra, é fundamental estabelecer garantias para o trabalhador - diz o senador.

Voto de profundo pesar pela morte de Zózimo

O plenário do Senado aprovou a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista Zózimo Barroso do Amaral e o envio de condolências à família e ao jornal *O Globo*, onde ele trabalhava.

A iniciativa do requerimento aprovado foi dos senadores Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado, e Guilherme Palmeira (PFL-AL).

- Zózimo foi um colunista

criteroso e competente, merecedor das homenagens que o Rio de Janeiro lhe presta hoje (ontem) e em seu sepultamento. Ele não foi apenas um colunista social, mas também um colunista político - registrou Antonio Carlos.

O senador destacou que o jornalista começou a trabalhar na Coluna do Swann, em *O Globo*, jornal ao qual voltou depois de sua coluna haver sido publicada por muitos anos no *Jornal do Brasil*.

MINISTRO CROATA VISITA O SENADO

Presidente em exercício da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) recebeu ontem, no Salão Nobre, o ministro das Relações Exteriores da Croácia, Gade Granice, que veio ao país com o objetivo de viabilizar uma parceria Brasil-Croácia para o desenvolvimento econômico-industrial.

Durante a visita, Romeu Tuma enfatizou que o Brasil está aberto a novas parceri-



as, e, "através da CRE, poderá buscar um acordo bilateral para o combate ao tráfico de

drogas, de armas, e principalmente o combate ao terrorismo".

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, CARLOS PATROCÍNIO, JÚLIO CAMPOS, ROMEU TUMA E EDSON LOBÃO E SENADORA JÚNIA MARISE